



FOTO: Secom-PB

Estado investe R\$ 2 bilhões em recursos hídricos

O Governo do Estado está investindo mais de R\$ 2 bilhões em recursos hídricos e enfrentamento à estiagem em mais de 100 municípios da Paraíba. **PÁGINA 8**

Entrevista

Adriana Melo: "Brasil precisa investir mais em pesquisas"

FOTO: Edson Matos

A médica e pesquisadora paraibana Adriana Melo, que descobriu a relação entre o vírus da zika e a microcefalia, diz que o Brasil precisa investir mais em pesquisa. **PÁGINA 4**



Esportes

FOTO: Divulgação



Escuderia italiana lidera testes na Espanha

Ferrari surpreende em Barcelona

A Ferrari dominou a primeira semana de testes coletivos da Fórmula 1 em Barcelona, na Espanha. O campeonato começa dia 20 de março. **PÁGINA 18**

CINQUENTINHA

Habilitação e emplacamento obrigatórios a partir de terça

A partir da próxima terça-feira, dia 1º de março, as "cinquentinhas" que não tiverem a documentação regularizada serão apreendidas e seus condutores pagarão multa.

PÁGINA 7



FOTO DA SEMANA



FOTO: Edson Matos

Repórter fotográfico Edson Matos flagra cadeirante sendo levado entre os carros, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, por falta de acessibilidade nas calçadas.

NÃO DEIXE O MOSQUITO NASCER!
A PRÓXIMA VÍTIMA PODE SER VOCE.

NÃO DEIXE ÁGUA PARADA. TODOS CONTRA A DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA.

GOVERNO DA PARAÍBA | **viva o trabalho.**

2º Caderno

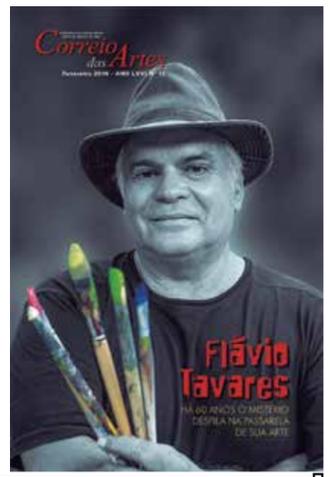
Entrega do Oscar acontecerá hoje

A cerimônia de entrega das estatuetas ocorre hoje, à noite, nos Estados Unidos. **PÁGINA 21**

Suplemento

Flávio Tavares: um imortal da arte paraibana

O Correio das Artes circula hoje destacando os 60 anos de carreira do pintor e imortal Flávio Tavares, um dos mais importantes artistas do Brasil.



clima e tempo

Fonte: INMET

LITORAL Sol e poucas nuvens 27° Máx. 24° Mín.	CARIÍ-AGRESTE Sol e poucas nuvens 34° Máx. 20° Mín.	SERTÃO Sol e poucas nuvens 36° Máx. 22° Mín.
---	---	--

Informações úteis para a semana:

Moeda

DÓLAR	R\$ 3,997 (compra)	R\$ 3,997 (venda)
DÓLAR TURISMO	R\$ 3,840 (compra)	R\$ 4,160 (venda)
EURO	R\$ 4,365 (compra)	R\$ 4,369 (venda)

- Calçadas de João Pessoa oferecem riscos à população. **Página 5**
- Cadastro biométrico para as eleições avança na PB. **Página 9**
- Com as chuvas, cresce o número de casos de escorpião. **Página 15**
- Rodada do Paraibano 2016 prossegue hoje com 5 jogos. **Página 17**

Fonte: Marinha do Brasil

Marés	Hora	Altura
baixa	01h04	0.6m
ALTA	07h24	2.1m
baixa	13h21	0.6m
ALTA	19h45	2.0m

Editorial

Emprego e recessão

Às portas do segundo semestre do ano passado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) projetou cenário nebuloso quanto à queda da produção e emprego no País – no restante do ano e no que viria a seguir, 2016. E de fato, a retração da economia brasileira se configurou célere, com queda significativa nos investimentos – públicos e privados. E hoje, como sabemos, essas projeções foram agravadas pela queda na arrecadação dos entes federados, via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e devido à queda, também severa, dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A notícia de que a Paraíba voltou a figurar entre os Estados brasileiros com melhor desempenho na geração de emprego, portanto, nos dá a sensação de que o equilíbrio das contas públicas, a confiança do setor privado e os investimentos a partir desses dois eixos estão fazendo a diferença nesse cenário de crise nacional, em que a tendência é de arrefecimento de novas contratações, diante das incertezas da economia, potencializadas pela crise política em que vive o País.

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, nos dão uma evidência singular que, apesar de estar no contexto da crise, que não poupa nenhum ente federado, a Paraíba vem vivenciando experiências de gestão que estão fazendo a diferença: é o quinto Estado do País – e o único da região Nordeste – que registrou

saldo positivo no saldo de vagas de empregos com carteira assinada no mês de janeiro. Num cenário econômico instável, isso não é pouco. Mostra que ainda existem experiências gestoras com capacidade de superar obstáculos e gerar novas fontes de resistência à recessão estabelecida.

De acordo com o levantamento do Caged, na Paraíba o mercado de trabalho apresentou saldo de 189 postos. Na evolução da série histórica do cadastro, representa o terceiro melhor saldo no mês de janeiro em 13 anos. Os melhores resultados da série haviam sido os meses de janeiro de 2014 (1.065) e janeiro de 2008 (318). Como registrado em pesquisas anteriores do Caged, os setores de serviços (957) e comércio (274) se mantêm elevando o desempenho paraibano, assim como ocorreu no mês de janeiro. Porém, pontuaram ainda os setores de turismo, telemarketing e de educação e as contratações do varejo foram os destaques do primeiro mês do ano.

Ressalte-se que o bom resultado paraibano – registrado também em outros quatro estados, nessa ordem: Rio Grande do Sul (7.263), Santa Catarina (7.211), Mato Grosso (6.900) e o Paraná (1.074) – é desempenho isolado no Nordeste. Em todo o País, os números corroboram a recessão: no País, quase todos os setores registraram queda do nível do emprego. O piores impactos ocorreram no comércio – perda de 69.750 postos –, no setor de serviços – queda de 17.159 postos – e na indústria de transformação – menos 16.553 vagas de trabalho.

Artigo

Martinho Moreira Franco - martinhomoreira.franco@bol.com

O estigma de um beco

Os encontros semanais, sempre na hora do almoço, começaram no governo de João Agripino e subsistiram até meados do governo de Ernani Sátiro

Pra que danado Ipojuca Pontes, em entrevista à coluna de Goretti Zenaide, foi se referir ao “Beco do Necrotério”? Causou alvoroço entre leitores das novas gerações, desacostumadas a becos e, ainda mais, a necrotérios. A menção consta na edição de domingo retratado deste jornal (quem perdeu a leitura, não sabe o que perdeu...). Nela, o entrevistado diz que frequentou o endereço em minha companhia. É verdade. Frequentamos, sim, o “Beco do Necrotério”, mais precisamente o salão no qual funcionava o bar e restaurante de Rosa, conforme citado na entrevista. E não apenas eu e Ipojuca. Eram nossos habituais parceiros Noaldo Dantas, Biu Ramos, Frank Ribeiro, Luís Ferreira e outros companheiros da Secretaria de Divulgação e Turismo (atual Secom) e de A União. Ao grupo costumavam se associar os irmãos Amir e Manuel Gaudêncio, muito influentes na vida política do Estado. Os encontros semanais, sempre na hora do almoço, começaram no governo de João Agripino e subsistiram até meados do governo de Ernani Sátiro, quando nos dispersamos.

Devo esclarecer aos alvoroçados que o “beco” ficava entre as Ruas Barão do Abiahy e Miguel Couto, no trecho compreendido entre o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e o antigo Hospital Municipal de Pronto Socorro (derrubado para a construção de uma central telefônica). É a rua oficialmente denominada Frutuoso Barbosa (um dos fundadores e primeiro go-

vernador da capitania da Paraíba), onde hoje estão instalados bancos e barracas para conserto de sapatos, bolsas e outros objetos de couro, além de um shopping do ramo construído por Ricardo Coutinho quando prefeito da capital. Por uma peça do destino, ali morava, nos tempos do restaurante de Rosa, o jornalista José Viana, vendedor de espaços publicitários conhecido pelo apelido de “Viana Pezão”, alusivo ao número 52 que calçava. Não se estendendo por uns duzentos metros, se tanto, a rua era carinhosamente chamada de “beco”. E por que “do necrotério”?

Bom, a denominação, não tão carinhosa assim, era uma referência à sala, nos fundos do Pronto Socorro, destinada a cadáveres para identificação ou autópsia. Em outras palavras: onde ficava a pedra fria (mesa de mármore na qual se expunha o corpo do morto). Como a porta da sala dava exatamente para a Rua Frutuoso Barbosa, o beco recebeu o estigma com qual se popularizou em rodas boêmias da cidade. Notadamente entre os frequentadores do bar e restaurante de Rosa, cuja especialidade era galinha à cabidela, de tempero irresistível. O prato, aliás, era o predileto do nosso grupo (meu, de Ipojuca & cia), não apenas no “Beco do Necrotério”, mas em outros endereços gastronômicos regionais de João Pessoa, como o da Avenida Juarez Távora, onde era servida a não menos saborosa “galinha do Biu”. Essa segunda parte, por falta de espaço na mesa, fica para domingo que vem.

Humor



UNInforme

Ricco Farias
papiroeletronico@hotmail.com

LÍDERES SOB INVESTIGAÇÃO

Antes de ser barrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a comissão especial que analisaria o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff tinha 20 deputados, dos 61 indicados, respondendo a acusações criminais. Era um terço do colegiado. E alguns – pasmem – são acusados pelo mesmo crime atribuído à presidente, crime este que alicerça a denúncia contra ela: crime de responsabilidade. Outros estão denunciados por lavagem de dinheiro, crime eleitoral, fraude em licitações e corrupção. Novo levantamento do Congresso em Foco, agora concentrado apenas nos líderes partidários, mostra que em cada três responde a acusações criminais no STF. Num universo de 48 parlamentares, alçados à condição de líderes – ou liderança de blocos parlamentares – 17 são alvos de inquéritos e ações penais, acusados por lavagem de dinheiro, corrupção ou crime contra a Lei de Licitações. No levantamento constam dois paraibanos: Aginaldo Ribeiro, líder do PP, investigado pela Operação Lava Jato por lavagem de dinheiro, corrupção passiva e crime à Lei de Licitações – inquéritos 3146 e 3989 –, e o senador Cássio Cunha Lima (foto), que ocupa a liderança do PSDB – inquérito 3404–, acusado de crime contra a ordem tributária e formação de quadrilha.



FOTO: Reprodução/Internet

NO MÊS TRABALHADO

A crise econômica – que gera queda de receita nos estados – obrigará o governo do Rio Grande do Norte, pela segunda vez, a pagar o salário do funcionalismo no mês seguinte. Estados como Rio Grande do Sul e Goiás, a situação é pior, com parcelamento dos vencimentos. Na Paraíba, por enquanto, os ajustes fiscais do governo vêm mantendo o pagamento no mês trabalhado.

ÀS QUEDAS

Espera-se que a visita do ministro do Turismo, Henrique Alves, a João Pessoa, em abril, traga novas perspectivas para o início da obra de contenção do processo de erosão da Falésia do Cabo Branco. O ministro vem observar in loco como está a situação de um de nossos maiores cartões-postais, que anualmente se queda à beira-mar, por falta de um projeto salvador.

'IDOSICÍDIO'

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado, Projeto de Lei que tipifica como crime hediondo o homicídio de idosos. Com relatoria do senador José Maranhão (PMDB) a proposta deverá ser votada nesta semana pelo colegiado. Altera o Art. 121 do Código Penal e o Art. 1º da Lei 8.072 de 1990 e cria a tipologia penal denominada “idosicídio”.

MAIS EMPREGO

Investimentos que somam R\$ 40 milhões. Este é o montante dos incentivos fiscais aprovados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (Fain) para a implantação e ampliação de sete indústrias na Paraíba. Estima-se que, juntas, elas vão gerar mais de 250 novos postos de trabalho diretos em João Pessoa, Cabedelo, Conde, Alhandra, Caaporã, Esperança e Aparecida.

CARAVANA NO 'CHICO'

Deputados da Paraíba vão integrar a Caravana Socioambiental dos Bispos do Regional Nordeste II, da CNBB, que visitará obras da transposição do Rio São Francisco, nos estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará. O presidente da Frente Parlamentar da Água da Assembleia Legislativa, Jeová Campos, confirmou que o périplo vai de 29 de fevereiro a 3 de março.

UM PARTIDO EM CRISE IDEOLÓGICA

O Partido da Mulher Brasileira (PMB) é um exemplo esdrúxulo da crise da ideologia nas legendas políticas do País. Rejeita a bandeira do feminismo. Pior, se diz ‘antifeminista’. Quer mais? Entre os 21 parlamentares que integram sua bancada no Congresso, existem apenas duas mulheres. Recentemente, ganhou um senador, Hélio José (DF), que é acusado de abusar sexualmente de uma menor – ele nega a acusação, mas o Ministério Público ainda tenta provar sua culpa. O PMB foi o 35º partido criado no País. É legenda demais para tão pouco zelo com a política.



A UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE IMPRENSA E EDITORA

Fundado em 2 de fevereiro de 1893 no governo de Álvaro Machado

BR-101 Km 3 - CEP 58.082-010
Distrito Industrial - João Pessoa/PB
PABX: (083) 3218-6500 /
ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526
REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

SUPERINTENDENTE
Albige Fernandes

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Murillo Padilha Câmara Neto

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Gilson Renato

DIRETOR TÉCNICO
Walter Galvão

EDITOR GERAL
João Mendes

EDITORA ADJUNTA
Renata Ferreira

CHEFE DE REPORTAGEM
Conceição Coutinho

EDITORES SETORIAIS: Geraldo Varela, Carlos Cavalcanti, Alexandre Macedo, Felipe Gesteira e Denise Vilar

EDITORES ASSISTENTES: Carlos Vieira, Emmanuel Noronha, José Napoleão Ângelo, Marcos Lima e Marcos Pereira

PROJETO GRÁFICO: Ricardo Araújo, Fernando Maradona e Klécio Bezerra

Pauta do Senado inclui medidas de redução da máquina pública

Redução e fusões nos ministérios devem promover a redução de gastos públicos

O Senado inicia a semana com a pauta do Plenário trancada por duas medidas provisórias. A MP 695/2015 autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, bem como suas subsidiárias, a adquirir participação em instituições financeiras. A MP estabelece ainda que as instituições deverão exigir nas operações de compra uma cláusula prevendo a nulidade ou a possibilidade de anulação futura do negócio se for verificada a ocorrência de irregularidade pré-existente.

O texto também autoriza a loteria instantânea Lotex (raspadinha) a explorar comercialmente eventos de apelo popular, datas comemorativas, referências culturais e licenciamentos de marcas e de personagens. A Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (Lei 13.155/2015) estabelece que essa aposta deve abranger apenas temas ligados ao futebol.

Enxugamento

Já a MP 696/2015 reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República e redistribuiu algumas competências entre os órgãos. A medida tem o objetivo de diminuir a máquina pública federal para cortar gastos. Entre as iniciativas, estão as fusões entre os Ministérios do Trabalho e Em-



FOTO: Jefferson Rudy/Agência Senado

Senadores também deverão analisar a proposta que restringe a quantidade de cargos em comissão

prego e da Previdência Social e entre as pastas da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura. Pela MP, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assume as funções da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que deixou de existir.

As Secretarias de Direitos Humanos, Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Políticas para as Mulheres passaram a compor um único órgão. A Secretaria-Geral da Presidência foi renomeada para Secretaria de Governo e incorporou as Secretarias de Relações Institucionais e da Micro e Pequena Empresa. Por fim, o Gabinete de Segurança Institucional retomou o nome de Casa Militar da Presidência,

que tinha até 1999.

Cargos em comissão

O enxugamento administração pública também é o tema da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2015, que restringe a quantidade de cargos em comissão. A PEC é outra matéria prevista na pauta do Plenário. De acordo com o senador Aécio Neves (PSDB-MG), autor da proposta, o objetivo é reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente, capaz e qualificada tecnicamente, estabelecendo o critério da meritocracia e a realização de concurso público para preenchimento de parte dos cargos comissionados, 50% dos quais terão que ser ocupados por servidores do

quadro efetivo da instituição.

Instituição fiscal e estatais

Outro projeto listado na Ordem do Dia é o que cria a Lei Geral das Estatais. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015 objetiva aprimorar a gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da União, estados e municípios, alterando regras de licitações, contratos e formas de fiscalização.

Ainda consta da pauta do Plenário a criação, no âmbito do Senado, da Instituição Fiscal Independente (IFI), prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 61/2015. A ideia é aprimorar os mecanismos de avaliação e controle social da política fiscal do governo.

RENEGOCIAÇÃO JUNTO À UNIÃO

Câmara pode votar projeto que altera cálculo da dívida dos estados

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar na terça-feira (1º) o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 315/16, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), que suspende a forma de cálculo do desconto na dívida dos estados e municípios no âmbito de sua renegociação junto à União.

Esse projeto é o item único da primeira sessão extraordinária de terça, marcada para as 13h55.

Em outra sessão extraordinária

marcada para logo em seguida, os deputados podem votar duas medidas provisórias que trancam os trabalhos. A MP 693/15 concede benefícios fiscais para as distribuidoras de energia elétrica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016; e a MP 694/15 muda alíquotas de vários impostos.

A renegociação das dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com a União foi autorizada pela Lei Complementar

148/14, que prevê a troca do índice de IGP-DI mais 6% a 9% ao ano para IPCA mais 4% ao ano ou a taxa Selic, o que for menor.

A forma de cálculo do desconto está no Decreto 8.616/15 e aplica uma fórmula que usa a Selic acumulada de forma composta (juros compostos, ou juros sobre juros). Dessa forma, a diferença em relação aos juros acumulados de forma simples provoca um desconto menor que o esperado pelos estados.

Evaldo Gonçalves - Da Academia Paraibana de Letras

Euclides & Vargas Llosa

O Correio das Artes, de **A União**, em sua última edição, manteve seu compromisso com os eventos literários nacionais, destacando os 150 anos do nascimento do genial autor de Os Sertões, Euclides da Cunha.

Substanciosa a matéria do jornalista William Costa, editor de o Correio, quando destaca a Poesia da Terra e a Tragédia do Homem, molduras do seu texto sobre a narrativa de Os Sertões.

Há de se exaltar, em Os Sertões, seu caráter épico resultante das seguintes circunstâncias: seca, violência, omissão governamental, desemprego, latifúndio e fanatismo religioso.

A Guerra de Canudos, no interior da Bahia, comandada por Antônio

Conselheiro, nada mais foi do que o resultado de insatisfações crônicas de uma gente injustiçada, que apelou para a sublevação como forma de sobrevivência, na ausência de soluções racionais.

Tão genial e multifária é a obra de Euclides da Cunha, que o Prêmio Nobel de 2010, Mário Vargas Llosa, inspirado em suas variegadas facetas, escreveu o romance, A Guerra do Fim do Mundo, o que por si só consagra aquele escritor.

Euclides da Cunha, em Os Sertões, usou a realidade cruel da Guerra dos Canudos para descrever o cenário do latifúndio, da cobrança de impostos, do massacre dos habitantes do Arraial, sem esquecer os jagunços e o cangaço,

valorizando, assim, o relato histórico sem sacrificar sua vocação jornalística. Vargas Llosa agregou a esses contextos o viés romanesco de que foi um magistral e genial artífice.

Afinal, a Literatura sul-americana, com os Sertões de Euclides da Cunha e A Guerra do Fim do Mundo, de Mário Vargas Llosa, deu às Letras uma lição de que a realidade se compatibiliza com a ficção e que ambas podem conviver harmoniosamente, sem antagonismos, como expressão superior da inteligência humana.

Enfim, O Correio das Artes, de **A União**, cumpre sua destinação histórica, exaltando nossos imortais valores intelectuais.

Walter Galvão

galvaopw@gmail.com

Direito e Justiça

Meninas e meninos, eu vi, li e ouvi. Foi gente demais, principalmente da mídia impressa e eletrônica, se dizendo surpresa com a aprovação das contas de 2014 do governador Ricardo Coutinho. Isso aconteceu na última quinta-feira. Foi uma quinta-feira de fogo nos bastidores da política e do jornalismo. Houve apostas e projeções as mais diversas sobre o resultado. Montaram placares, talvez tenha havido um bolão, mas é certo: o julgamento mobilizou meio mundo e a maioria dos prognósticos oraculares forcejava adversidades. Para o governador: Havia essa expectativa.

No dia seguinte, borbotões de perplexidade vazaram dos poros entre os pelos eriçados dos inconformados com a aprovação. Inundaram o campo midiático de miasmas. Tra-tra-tra-tra dispararam as metralhadoras vingadoras contra os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que aprovaram os indicativos contábeis do governador. Entre as acusações feitas ao TCE, a de que a instituição usaria dois pesos e duas medidas, uma específica para liquefazer prefeitos flagrados em malfeitos, e outra para solidificar especificamente o prestígio do governador que teria, disseram, errado igualmente.

Argumentaram que os conselheiros pulverizaram o trabalho dos auditores que anotaram irregularidades nas contas. Falavam como se os dois grupos não se integrassem para corporificar a instituição. Conselheiros e auditores são as efígies das faces da mesma medalha.

Mas aí, dá para perguntar: surpresa não seria se tivesse ocorrido o contrário? Se as contas tivessem sido rejeitadas? Sabemos qual é a praxe: quem governa direito recebe o sinal verde do tribunal. E é fato notório o pique acelerado e positivo da equipe gestora liderada por Ricardo Coutinho. Pesquisas atestam o alto índice de aprovação do trabalho. Erros são inevitáveis. Como garantir zero defeito em milhares de ações cotidianas de uma equipe gigante embrenhada em floresta burocrática?

Tudo bem que é uma prática clássica da imprensa trabalhar com a hipótese do copo meio vazio. É técnica jornalística legítima minar com críticas os cenários sobre os quais o jornalismo se debruça para garantir ao seu público um posicionamento que o faça refletir pró e contra determinada questão, e que confie desconfiando. É natural que faça cálculos probabilísticos e virtualize cenários potenciais.

Mas pega muito mal distorcer dados, desconsiderar contraditórios, desconhecer contextos, manipular aspectos da realidade dos fatos, principalmente quando os fatos desmentem as versões da imprensa. Procedimentos que geram o pior câncer do jornalismo: a perda da credibilidade.

Nesse caso das especulações sobre o julgamento, houve a pressuposição maldosa de que o tribunal desaprovava as contas. Isso porque se concluiu equivocadamente que os conselheiros iriam retaliar a suposta intenção do governador de apoiar a criação pela Assembléia Legislativa de um Tribunal de Contas dos Municípios, o que enfraqueceria o TCE.

Esse raciocínio foi uma tentativa de desqualificar a seriedade dos conselheiros. E de apoucar o TCE como instância de controle social. Induzia a pensar que os conselheiros julgam a partir de interesses pessoais e corporativos.

Quanto ao argumento de que conselheiros descredenciaram o trabalho dos auditores, há nesse caso intenção de ocultar, certamente, e não ignorância a respeito dos princípios que orientam as decisões dos conselheiros e auditores. O que vou expor, entretanto, aqui, não é o parecer de um especialista, mas sim a minha opinião de articulista.

Suponho que, na democracia procedimental, aos auditores cumpre buscar a praticabilidade absoluta do comando da norma jurídica. E orientar a investigação na perspectiva da sistematicidade, da coerência e da consistência do material apresentado, sem perder de vista a discutibilidade dos relatórios. Além disso, ter como horizonte o princípio do direito fundamental do cidadão ao Governo honesto.

Aos conselheiros, cumpre julgar e decidir preservando o processo de qualquer fundamentalismo enxéptico. Tal deformidade geralmente ocorre quando não se leva em consideração que a norma, além de prescritiva e de impor um sentido de igualdade na generalidade, é sempre um dever-ser no contexto do direito positivo. Ao "radicalismo" necessário à consecução da auditoria, os conselheiros devem considerar princípios como os de equidade, razoabilidade e proporcionalidade a partir de uma determinada ordem axiológica, dos valores, e também dos princípios teleológicos, ou da finalidade do processo que não é a de desestabilizar a governabilidade, mas sim a de conservá-la, fortalecê-la. Complementam-se, portanto, os dois grupos, auditores e conselheiros, assegurando-se a racionalidade necessária a uma decisão em tempos de crises. Na análise das contas de 2014 do governador Ricardo, o TCE tomou a decisão lógica: contemplou Direito e a Justiça.

Adriana Melo

Médica especialista em medicina fetal

“O País deve investir mais em incentivo para pesquisas”

Janielle Ventura
Especial para A União

FOTO: Edson Matos

Medilhas foram entregues na última sexta-feira para a médica, Adriana Melo, na Assembleia Legislativa da Paraíba, em reconhecimento ao seu trabalho. Aos 45 anos, a paraibana é reconhecida mundialmente pela primeira pesquisa que estabeleceu a relação entre o vírus zika e o surto de casos de microcefalia. Ela trabalha há 16 anos no setor de medicina fetal do Instituto de Saúde Elpidio de Almeida (Isea), em Campina Grande. Além disso, também possui uma clínica privada onde, muitas vezes, usou para avaliar melhor suas pacientes. Antes da descoberta, ela já participava de eventos relacionados à microcefalia e zika vírus. Com o grupo de pesquisa no qual faz parte, usou sua clínica inúmeras vezes para exames, custeando as análises do próprio bolso. Além de ser especialista em medicina fetal, também possui dois doutorados pela Universidade de São Paulo e participa do Instituto de Pesquisa Joaquim Amorim Neto (Ipesq). Em entrevista para **A União**, a médica que colocou a Paraíba e o Brasil no eixo da saúde mundial, ressaltou que seu sonho para a saúde brasileira é que o País comece a investir mais em incentivo para pesquisas e assistência à população.

O que você sente ao ser homenageada por uma descoberta que ajuda as mães na prevenção da doença em seus filhos?

É uma satisfação e realização muito grande saber que elas têm um caminho na luta pela prevenção. É bom sentir esse agradecimento tanto delas, quanto da população em si. Elas me agradecem por ajudá-las e ser homenageada me faz sentir que há reconhecimento e que vale a pena pesquisar nesse País.

Como foi o processo de pesquisa desde a suspeita até ter a certeza da relação entre o zika vírus e a microcefalia?

Desde setembro do ano passado, o nosso grupo de medicina fetal do Isea, começou a observar o aumento no número de malformações no sistema nervoso do cérebro do bebê. Em outubro, fiz a ultrassom no consultório de uma paciente de Juazeirinho. Com 12 e 16 semanas estava tudo normal. Na ultrassom de 20, ela veio com alteração no cerebelo. Achei estranho e pedi para que ela voltasse com duas semanas. Foi então que fiquei mais confusa porque além do agravamento do cerebelo, vimos que a cabeça não estava desenvolvendo. Estava a mesma medida de duas semanas, caracterizando a microcefalia. Pedi então para fazer uma ultrassom transvaginal, a neurosonografia que é um exame mais aprofundado do cérebro, e aí vi calcificações que é típica de infecção. Não consegui encaixar os resultados em nada que eu já tivesse visto na minha vida. Disse a paciente que eu não sabia o que estava acontecendo, mas que a gente ia descobrir. No mesmo período, vi uma notícia de casos de microcefalia em Pernambuco, com esse mesmo padrão de calcificação e alteração do cerebelo, onde as pacientes tinham em comum a exantemas com a suspeita de zika. Liguei para minha paciente e ela confirmou que teve zika com oito semanas. Fomos então atrás das outras pacientes e todas tiveram histórico de zika. A partir daí foi só pensar: “Se isso é uma infecção e se o bebê está acometido, ele vai ter rastro no líquido amniótico”. A partir disso, comecei a correr atrás de um laboratório que fizesse a pesquisa. Foi em torno de 15 dias até chegar na fioCruz.

Havia algum tipo de incentivo para o grupo realizar as pesquisas?

A gente sempre bancou pesquisa do nosso bolso. Nosso grupo já vinha com trabalhos de pesquisa e para nós não foi surpresa. O zika não caiu no colo e agente se aproveitou. O que eu quero agora, o que o nosso grupo quer, é mostrar que a gente em Campina Grande é capaz de fazer pesquisa e pedir incentivos para isso. Tudo era feito na minha clínica. Eu a fechava aos sábados e a gente fazia o exame dessas pacientes lá. Agora que temos o reconhecimento, e que estão vendo que a gente é capaz, queremos o incentivo para continuar. Se sem incentivo a gente fez o que fez, com incentivo garanto que a gente vai ajudar e muito.

Qual sua relação com a área de pesquisa?

A pesquisa me encanta desde o começo da minha vida, tanto é que eu tenho fotos no meu facebook da primeira feira de ciências quando eu tinha 9 anos. Então isso sempre esteve no meu sangue. Sou de uma família simples, e quando terminei minha formação, eu tive que me sustentar primeiro. Quando pude finalmente me sustentar, fiz mestrado e doutorado. Então repito, a pesquisa sempre esteve no meu sangue. Nunca gostei de reproduzir o conhecimento dos outros, sempre gostei de testar o conhecimento ou até descobrir.

Quais as novidades que a população deve esperar para os próximos dias sobre a microcefalia e o zika vírus?

Deve haver várias descobertas nos próximos 15 dias. Nós conseguimos três mães que doaram o cérebro dos seus filhos para pesquisa. É um momento difícil e na realidade não chegamos a pedir, elas que se ofereceram para ajudar nesse processo. E isso só é possível quando o bebê vai a óbito. Inclusive, quero homenageá-las porque elas com muito desprendimento e de dor extrema foram capazes de pensar em outras mães. Esses órgãos agora estão sendo estudados por uma equipe de neurocientistas do Rio de Janeiro e São Paulo.



Como é o contato então com esses pesquisadores?

Diariamente tenho conversado com esses pesquisadores. Estamos o tempo inteiro nos comunicando, incluindo sábado, domingo e feriado. Passamos inclusive o Carnaval todo conversando. Agora nos Estados Unidos, estávamos o tempo inteiro conversando.

Quais a maior dificuldade que os pesquisadores brasileiros sofrem atualmente?

Falta de incentivo. Tenho pesquisadores de várias partes do mundo querendo vir à Campina Grande, mas como é que eu vou trazer pro meu serviço se eu não tenho estrutura de aparelhos para receber essas pessoas. Precisamos de equipamentos. Ninguém faz pesquisa sem laboratório de alta tecnologia. É impossível. Por exemplo, o diagnóstico eu faço no serviço público, mas eu levo essas pacientes para minha clínica privada porque lá tenho aparelhos de alta resolução. Então, no serviço público posso identificar doenças, mas não tenho como ver que estruturas foram afetadas.

Quais são as doenças que podem ser atribuídas pelo zika vírus?

A microcefalia é o maior sinal, mas já tem várias alterações. Elas podem ser desde a ausência de estruturas em bebês, como tálamo, tronco responsável pela respiração, em alguns têm aumento do fígado, do baço, em outros pode haver catarata, artrogripose e uma infinidade de coisas. Vamos começar a investigar em

Campina Grande a parte auditiva dessas crianças.

Qual seria o seu sonho para a saúde brasileira?

Acho que esse vírus desvendou toda uma série de necessidades. Está na hora de começar a trabalhar na prevenção. A melhor solução, e mais barata, é a prevenção. Imagina o quanto é que o Governo vai gastar para dar assistência a essas mães e bebês agora. Com INSS, a fisioterapia, fonoaudiólogo, entre outros profissionais capacitados para apoiar essa trajetória. E muitas vezes, o sistema de saúde não é eficaz. Soube que tem mães que só irão ser atendidas pelo INSS em maio, é um desgaste muito grande.

Qual diferença entre a microcefalia antes e depois do vírus?

O que temos que diferenciar é que a zika na verdade não causa só a microcefalia. Inclusive, a gente vem debatendo no nosso grupo de pesquisa e já estamos pedindo para evitar esse termo de microcefalia. O que existe na zika é um dano cerebral. Uma atrofia cerebral cujo maior sinal é a microcefalia, mas que não é a única coisa. O fato das cabeças serem pequenas não quer dizer que tenha dano cerebral. São coisas diferentes. Não podemos dizer que o dano seja causado pela zika, pode até ter a microcefalia por outra causa. Em reunião nos Estados Unidos com pesquisadores do mundo inteiro, a gente descreveu um documento que sugere a substituição pelo termo “zika congênita” a qual abrange muito mais detalhes.



Saiba mais

Denuncie

Os cidadãos que desejarem contatar a prefeitura para fazer questionamentos ou registrar queixas, podem fazê-lo por meio do telefone 3218-9172.

DESCASO NAS VIAS PÚBLICAS

Andar nas calçadas de JP é um risco

As calçadas obedecem a um critério de construção regido pelo Código de Posturas

Janielle Ventura
Especial para A União

Para quem está nas ruas e precisa resolver alguma situação, antes deve passar por buracos, desnivelamentos e outros obstáculos existentes nas calçadas de João Pessoa. Mas em caso de acidente, quem a população deve acionar? Segundo a advogada Fernanda Marinho, qualquer pessoa que sofrer acidente em razão de má conservação de calçadas públicas, privadas ou comerciais deve propor ação judicial em face do município e do proprietário do imóvel.

Como sendo um bem público, Fernanda afirma que a responsabilidade pela construção, fiscalização e manutenção das calçadas é do município. Todavia, pode o ente público autorizar o proprietário do imóvel particular, seja comercial ou residencial, a construção e reforma de sua calçada, desde que atendidas as especificações técnicas de cada municipalidade, não excluindo da administração pública o dever de fiscalizar.

Explicando a situação, a Secretária de Planejamento de João Pessoa (Seplan) disse que é dela a responsabilidade pela fiscalização de obras em prédios privados e calçadas particulares. Essa fiscalização ocorre geralmente por parte de denúncias feitas por moradores ou qualquer cidadão. As calçadas obedecem um critério de construção de acordo com o Código de Posturas do Município.

Código

O Artigo 195 do Código de Posturas da Prefeitura Municipal, Lei Complementar nº 7, de agosto de 1995, no capítulo IX, que versa sobre a construção e a conservação dos fechos divisorios das calçadas e dos muros de sustentação, diz que "as calçadas devem ser mantidas permanentemente conservadas e limpas, ficando o proprietário obrigado a repará-los quando necessário". Ou seja, é de responsabilidade

do proprietário a conservação e limpeza das calçadas.

Ação judicial

Em caso de indenização para as vítimas de acidentes, a advogada ressalta que precariedade na construção ou manutenção da calçada gera ao cidadão que teve dano à integridade física o direito de ser indenizado. "Portanto, quando confirmada a culpa, pela má conservação da calçada, caberá ao Estado e/ou ao proprietário do imóvel, o dever de ressarcir a vítima, sendo possível o pagamento do dano material, moral e/ou estético, dependendo de cada caso concreto", enfatizou.

De acordo com Fernanda Marinho, a ação judicial para o pagamento de indenização é proposta, em sua maioria, nas varas da fazenda pública do local onde ocorrer o acidente, em razão da presença do município no polo passivo da demanda. A presença de advogado, seja particular ou público, é indispensável.

Provas

Nos casos de responsabilidade civil por acidente em calçada, seja pública ou privada, Fernanda lembra que é importante conseguir provas de que o local do acidente oferecia riscos a quem trafegava. Ou seja, a vítima provar que o dano ocorreu em face da má conservação, falta de sinalização, ou má construção da calçada. "Apesar da responsabilidade do Estado ser, em regra, objetiva, é aconselhável que a vítima possa construir provas a respeito, seja através de fotos ou até mesmo através do depoimento de pessoas que presenciaram o acidente", finalizou.

Acidentes

Em calçadas particulares o proprietário é o responsável por prestação de socorro ou qualquer implicação que esteja na lei sobre atribuição de culpa. No caso de calçadas públicas, a Seplan informou que elas são de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb). Em resposta, a Sedurb negou e disse que é responsável apenas pelos obstáculos nas calçadas. Cansadas pelo descaso, algumas pessoas decidiram revelar suas opiniões.



Fala Povo



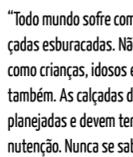
"A situação é terrível. Já aconteceu diversas vezes de pessoas se acidentarem nessas calçadas. Eu mesmo já vi uma senhora cair e na mesma hora o pé ficou todo roxo e inchado. Um problema para nós que temos que andar e não temos total flexibilidade para desviar. Em toda João Pessoa é assim e ninguém toma providência. Deviam ter mais respeito pelos cidadãos que moram mais distantes da parte nobre da cidade".

DEMÉTRIO REGIS - agente penitenciário



"Em Santa Catarina por exemplo, a gente visita e vê a organização. Mas na nossa própria cidade, é uma bagunça. Coitadas das senhoras de idade que têm que passar pelos obstáculos para conseguir chegar aos seus destinos. É um descaso. Questão de se conscientizar e cuidar mais da própria cidade. Nós devemos parar de jogar lixo para que as galerias não fiquem entupidas e a prefeitura deve realizar a manutenção das calçadas".

GENILSON DE MACÊDO - marinho



"Todo mundo sofre com essas calçadas esburacadas. Não só adultos, como crianças, idosos e deficientes também. As calçadas devem ser bem planejadas e devem ter uma boa manutenção. Nunca se sabe quando um acidente grave pode acontecer. Inclusive no Centro, que é onde estamos de cabeça alta olhando as vitrines. Andamos no pouco distraídos e podemos acabar caindo, talvez até batendo a cabeça em algum lugar".

HAMILTON JÚNIOR - atendente de telemarketing



"O que eu passo andando nessas ruas não é brincadeira! A gente que é de idade só falta cair! Quando eu saio de casa, minhas irmãs dizem: 'Cuidado nessas calçadas!'. Lá mesmo no Tambaí, onde eu moro, tem uma esquina na principal que está quebrada e o povo não toma providência para nos ajudar. As autoridades fingem que não estão vendo e nós ficamos prejudicados. Uma vergonha. Muito difícil para nós que temos de sair nessa situação".

ALDA PEREIRA - aposentada



"Na minha opinião, as calçadas poderiam ser mais amplas e mais bem cuidadas. Em todo lugar que passo, vejo buracos, esgotos abertos, entulhos e etc. Tudo dificultando a vida de quem quer se locomover. Imagine a dificuldade para um idoso ou cadeirante? Os responsáveis pelas calçadas deveriam se colocar no nosso lugar. Hoje disputamos lugar com carros e com as outras pessoas em um espaço pequeno, além dos buracos. Além disso, mais rampas também seria muito bom".

LUSICLEIDE SILVA - dona de casa



"Acho que essas ruas deveriam ter mais saneamento e assim fazer calçadas melhores para os pedestres. Vemos a hora cair e até se ferir. Tudo pode acontecer em caso de distração. Bater a cabeça por exemplo. Uma vez eu caí e me apoiei com as mãos na frente, quase bati a cabeça. Só não foi pior porque me apoiei. Mas não se pode esperar o pior acontecer para que as providências cabíveis sejam tomadas. Alguma atitude deve ser tomada".

FABIOLA MARQUES - aposentada



A falta de cuidados com o caminho exclusivo dos pedestres é visível em toda a cidade

Eficiência energética da UFPB melhora desempenho de consumo da Cagepa

FOTO: Edson Matos

Bombas e os motores que operacionalizam sistemas consomem muita energia

Alexandre Nunes
alexandrenunes.nunes@gmail.com

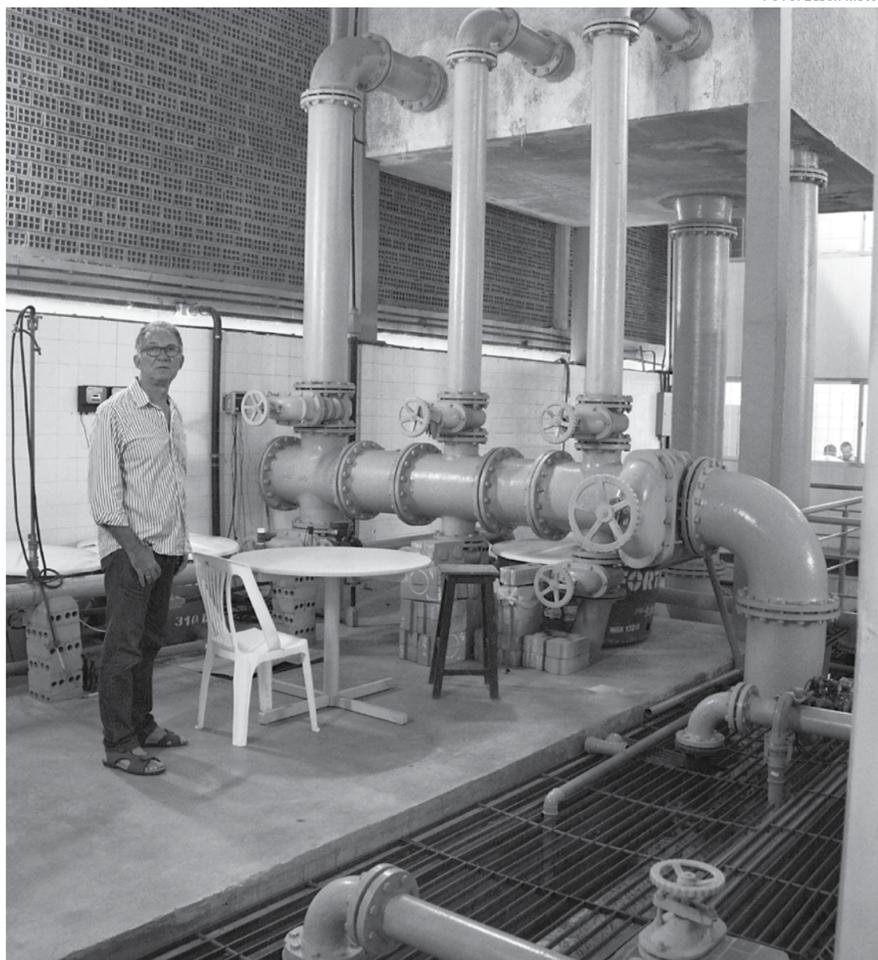
A energia elétrica é o segundo item de dispêndio hoje na grande maioria das companhias de saneamento, já que o setor responde por 3% da energia consumida do País. O comentário é do doutor em Engenharia Civil, Heber Pimentel Gomes, que coordena o Laboratório de Eficiência Energética, Hidráulica e Saneamento da Universidade Federal da Paraíba (LENHS UFPB).

“É uma quantidade altíssima. As bombas e os motores que operacionalizam os sistemas são muito robustos e consomem muita energia. Em algumas companhias de saneamento os gastos com energia elétrica compõem o primeiro item de dispêndio, principalmente naqueles municípios autônomos, em que eles mesmos se responsabilizam pelo abastecimento de água e têm um quadro de funcionários enxuto, a energia é o peso maior. Aqui na Paraíba, acredito, o gasto com energia elétrica é o segundo item de dispêndio, só perdendo para pagamento de pessoal”, afirma.

Ele explica que essa questão da eficiência energética, no setor de saneamento, é recente, ou seja, de uns dez anos para cá. Segundo ele, o assunto passou a ser mais debatido e pesquisado, quando a Eletrobrás criou o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica para o Setor de Saneamento (Procel Sanear).

“O Procel é um programa de Estado, não de governo, por isso muda presidente, mas ele continua. Trata-se de um programa belíssimo que incentiva a economia de energia na indústria, edificações, iluminação pública e saneamento básico, através de tecnologias que possam minimizar desperdício. O programa é exemplo para o mundo inteiro, mas infelizmente, no momento, está um pouco encostado”, lamenta.

Heber Pimentel esclarece que, de maneira geral, existe no Brasil uma gordura que pode ser cortada em 25%, nos gastos com energia elétrica pelas empresas de saneamento, o que em termos monetários representa muito dinheiro. “Aqui



Heber Pimentel (foto) é engenheiro civil e coordenador do Laboratório de Eficiência Energética da UFPB

na Paraíba, a pedido da Cagepa, fizemos um diagnóstico e encontramos 40 potenciais sistemas que poderiam ter economia de energia elétrica em seus bombeamentos”.

Há cerca de dois anos, o LENHS UFPB fez um trabalho com o bombeamento que leva água do reservatório de Marés para o Conjunto Mário Andreazza, em Bayeux. “Isso representava um investimento da ordem de R\$ 200 mil, investimento que, com dez meses, seria pago pela economia de energia elétrica, ou seja, existia um retorno de capital de um ano para eficientizar aquele sistema lá de Marés. Esse trabalho, financiado pela Eletrobrás, foi entregue à Diretoria de Operações da Cagepa”.

Pioneirismo

Heber Pimentel acrescenta que, atualmente, o laboratório está desenvolvendo um novo trabalho para a Cagepa. Trata-se de um estudo para reabilitação de todo o sistema de abastecimento de água de João Pessoa e Cabedelo. “É uma empresa privada que está fazendo, mas com uma asses-

O LENHS UFPB fez um trabalho com o bombeamento que leva água do reservatório de Marés para o Mário Andreazza

soria técnica do LENHS UFPB. O trabalho é maravilhoso e já está próximo de terminar. Acho que, no Brasil, nunca foi feita nada igual ainda, e a Cagepa vai utilizar esse trabalho”, elogia.

Ele diz que o trabalho está sendo implantado com recursos do PAC, via Caixa Econômica Federal, e que a participação do Laboratório está sendo diagnosticar todo sistema operacional de abastecimento da capital. “Fizemos um resgate e atualizamos o cadastro de 1.700km de tubulação de João Pessoa e Cabedelo. Diagnosticamos onde é que estavam os gargalos e propusemos

medidas para solucionar os problemas a fim de que o abastecimento se torne eficiente e o consumidor tenha água 24 horas por dia, já que hoje, na Grande João Pessoa, o abastecimento é intermitente, ou seja, você não tem água 24 horas nas torneiras de sua casa. Você não sente essa falta, às vezes, porque tem a caixa d’água que enche à noite”.

Segundo o coordenador do LENHS UFPB, isso vai custar, a princípio, mais de R\$ 10 milhões em investimentos para modernizar o sistema. “Trata-se de um grande investimento, mas que considero pequeno diante do retorno que a obra proporciona, que é oferecer uma melhor qualidade de serviço para a população. Temos ainda que levar em consideração a diminuição dos gastos para manter o sistema. A Cagepa está corrigindo um saneamento em fase final de operação prestes a entrar em colapso. Saneamento a cada 20 anos precisa se modernizar, revitalizar o seu sistema, e isso a gente está fazendo para a Cagepa, juntamente com essa empresa privada”, destaca.

Novas tecnologias já evitam o desperdício

O LENHS UFPB tem desenvolvido muitos projetos voltados para evitar o desperdício de água, com destaque para o estudo sobre automação dos sistemas de abastecimento. “Automatizamos os sistemas de abastecimento porque a rede de abastecimento recebe água pressurizada por esse bombeamento. Uma pressão excessiva aumenta o vazamento. Quanto mais pressão, mais água pode ser desperdiçada, porque buracos vão sempre existir nas juntas da tubulação. O vazamento sempre existe, nunca o sistema é estanque 100%. Se a pressão é muito alta, o vazamento aumenta exponencialmente”, explica o professor.

Heber Pimentel informa que o laboratório já desenvolveu mais de 20 trabalhos nessa área. Um deles consiste em implantar um sistema de rede automatizada que controla a pressão através de válvulas e por meio de um equipamento chamado inversor de frequência que muda a rotação da bomba. “Agora, a aplicação disso nas empresas ainda não está sendo viabilizada, não começaram a aplicar porque infelizmente, no Brasil, existe uma inércia muito grande com relação à absorção de novas tecnologias. Com isso existe uma defasagem entre o que você produz em termos de tecnologia e o que é absorvido na prática. A empresa privada é

mais ágil na busca de otimizar seus sistemas e vai atrás das tecnologias, a empresa pública nem tanto. A tecnologia já existe, ou seja, nosso papel foi feito”, conclui.

Ficou mais fácil, na Paraíba, promover o uso eficiente da energia elétrica utilizada na operacionalização dos sistemas de abastecimento de água, porque é possível contar com a assistência técnica do Laboratório de Eficiência Energética, Hidráulica e Saneamento (LENHS UFPB), referência no Brasil e também no exterior, por suas ações tecnológicas para proporcionar economia de água e energia para o setor de saneamento.

Segundo informa o coordenador do LENHS UFPB, Heber Pimentel Gomes, o laboratório foi criado para dar suporte às empresas de abastecimento de água e esgoto do Nordeste inteiro. “Ele foi fomentado pela Eletrobrás, assim como outros sete laboratórios similares no Brasil. Atualmente são oito, mas só esse instalado no Centro de Tecnologia da UFPB decolou”, comenta.

O laboratório oferece, em média, quatro cursos de capacitação por ano para os operadores de saneamento, que sempre contam com a participação de profissionais da Cagepa. Com aproximadamente 12 anos de funcionamento, o LENHS UFPB tem trabalhado, principalmente com a Bahia, Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

Energia solar é hoje economicamente inviável

Heber Pimentel considera que a energia solar ainda é uma alternativa economicamente inviável para mover sistemas de abastecimento de água, se comparada com as demais fontes energéticas existentes no Brasil. “Se colocar um painel de energia solar na sua casa para aquecimento de água, pode ser viável economicamente. Numa comunidade rural, onde você não tenha uma fonte de energia elétrica, pode usar a energia solar e isso também é viável, mas só se for para pequenas potências. Mas para cidades de nível médio ou grande não dá certo, pois essa fonte não tem capacidade para mover grandes sistemas de bombeamento, tem que ser energia elétrica mesmo”.

O professor confirma que algumas companhias de saneamento já estão trabalhando com a energia eólica, que considera mais viável economicamente que a solar. “Hoje a energia eólica, no Nordeste, já responde por 25% do consumo, no espaço entre Rio Grande do Norte e Ceará. A Paraíba também tem. A Companhia de Água e Esgoto do Ceará já está implantando um parque eólico para suprir as demandas da própria empresa. Com isso, eles vão comprar menos energia da concessionária. Vão ter uma certa autonomia. Esse pode ser um caminho”, aponta.

Ele acrescenta

que algumas empresas de saneamento usam a energia térmica, por meio de geradores a óleo diesel, para não comprar energia da concessionária no horário de pico, das 17h às 20h, quando a energia é mais cara. “Nesse intervalo de tempo, pagamos na Paraíba três vezes mais pela energia elétrica. Pernambuco paga sete vezes mais o que pagamos. Então, os companheiros já estão colocando os seus geradores e, nesse horário de ponta, eles ligam e se abastecem com sua própria energia”.



Laboratório é referência nacional e internacional

“Durante esse tempo, tivemos uma produção tecnológica muito alta, com mais de dez livros publicados, mais de 50 artigos científicos divulgados em congressos e revistas internacionais. Temos também softwares que foram produzidos aqui e que são usados no Brasil inteiro. Alguns são livres, qualquer um pode baixar da internet e utilizar”, informa.

Devido a sua reputação, o LENHS UFPB coordena duas redes internacionais de desenvolvimento científico e tecnológico na área de conservação de água e energia. A primeira, denominada LENHS PROSUL,

com financiamento do CNPq, trata da transferência de tecnologia brasileira para instituições tecnológicas da Argentina, Colômbia e Equador; a segunda (SEREA) envolve países ibero-americanos, com destaques para o Brasil, México, Portugal e Espanha.

“A gente também trabalha treinando alunos dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Engenharia Civil, Mecânica, Elétrica e Ambiental. São quatro engenharias e todas elas têm a ver com esse trabalho. A mão de obra é dos próprios alunos. Se não fossem os alunos, o laboratório não andava”, reconhece.

Cinquentinhas sem licenciamento e condutor sem habilitação, multa

A fiscalização começa nesta segunda-feira, dia primeiro de março

**Janielle Ventura,
José Alves e
Teresa Duarte**

Termina amanhã o prazo de Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e emplacamento dos veículos de 50 cilindradas, conhecidos como "cinquentinhas". A partir da próxima terça-feira (1º), haverá apreensão e uma multa deverá ser paga pelos condutores atrasados. Segundo o Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (Detran), na Paraíba existem 40 mil ciclomotores circulando e 23 mil deles ainda não foram emplacados. O investimento para o primeiro emplacamento custa R\$ 228,16 e a primeira habilitação cerca de R\$ 48,00.

"A fiscalização será mais rígida não só com relação ao licenciamento, mas também em relação à habilitação", disse o diretor de Operações do Detran, Orlando Soares. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) exige que os condutores que quiserem conduzir a cinquentinha terão que possuir a ACC ou a CNH (Carteira Nacional de Habilitação) na categoria A, exigida para os condutores de motos.

O condutor não-habilitado terá que acionar um motorista habilitado para levar o veículo. Caso contrário, o ciclomotor será apreendido. O Contran reduziu a carga horária para a retirada da ACC em 50% e, conseqüentemente, o valor do documento. A redução foi de 45 horas/aulas teóricas e 20 horas/aulas práticas para apenas 20 horas/aulas teóricas e 10 horas/aulas práticas.

As provas também tiveram uma redução de 30 questões para 15, exigindo um percentual de acerto de 60%. Na prática significa dizer que antes o candidato tinha que acertar 21 questões e, agora, são apenas nove. Até então, retirar uma ACC significava seguir o mesmo processo de retirada de uma CNH na categoria A.

Benefícios

O superintendente do Detran, Aristeu Chaves, ressaltou os benefícios da regularização para os proprietários e para toda a sociedade. "Os veículos licenciados estarão sob o controle e fiscalização do Estado, o que contribuirá para melhoria da segurança, mobilidade urbana e saúde pública. Além disso, os proprietários também terão maior tranquilidade com relação a seus veículos que, circulando dentro da legalidade, passam a ter maior probabilidade de recuperação em casos de roubo ou furto", disse.

Locais

Para emplacar o veículo, o dono deve comparecer ao atendimento do Detran para verificação da autenticidade da nota fiscal e da existência do registro do ciclomotor na base BIN do Renavan. Caso o veículo não tenha registro, o dono será orientado a solicitá-lo junto à revenda. Se a concessionária não estiver mais ativa, o interessado deverá procurar outra loja da mesma bandeira ou o fabricante. Depois será feita a vistoria, pagamento das guias e a colocação da placa.



Todo condutor (foto) com ciclomotor de 50cc (cinquentinha) como este, sem placa, será multado a partir de terça-feira

O Código de Trânsito Brasileiro exige que os condutores que quiserem conduzir a cinquentinha terão que possuir a ACC ou a CNH

Serviço

O valor total de R\$ 228,16 para emplacamento pode ser discriminado da seguinte forma:

- Registro e licenciamento dos ciclomotores de R\$ 43,50 referentes ao 1º emplacamento;
- Taxa dos Bombeiros de R\$ 10,88;
- Placa no valor de R\$ 50,00;
- Seguro obrigatório de R\$ 123,78 aos proprietários dos ciclomotores, veículos incluídos na nova categoria 8 do DPVAT.

Fique atento

■ **Valores hoje** - Para emplacar uma cinquentinha hoje no Detran-PB, o proprietário terá de fazer um investimento de R\$ 228,16. Já a primeira habilitação para ACC custa em torno de R\$ 48,00.

■ **Valores a partir de terça** - Quem for pego dirigindo um ciclomotor a partir do dia 1º de março será multado em R\$ 574,62. O valor é referente à infração gravíssima, de R\$ 191,54, multiplicada três vezes, como previsto no Artigo 162 do CTB para o caso de conduzir veículo automotor sem estar habilitado. A multa, vale ressaltar, ficará no chassi do veículo e terá que ser paga no licenciamento.

■ **Documentação** - Para realizar o emplacamento é necessário apresentar original e cópia da nota fiscal do veículo ou de documento que comprove a transferência, ou seja, cópia e original do recibo de compra e venda devidamente assinado e com firma reconhecida. Também é necessária a cópia e original do RG, CPF e comprovante de residência. Se pessoa jurídica, cópia autenticada do Contrato Social e CNPJ.

■ **Onde** - O registro e o licenciamento das "cinquentinhas" podem ser feitos na sede do Detran em Mangabeira, nos postos de atendimento do Valentina Figueiredo, Shopping do Automóvel, Shopping Carro Legal e nas Ciretrans distribuídas pelo Estado.

Enquete

"Eu não sou de acordo com essa lei que obriga o emplacamento das cinquentinhas, porque elas são veículos de pequena cilindrada, que não desenvolvem velocidade. Por isso não vejo o porquê de uma pessoa ter que ser habilitada e ainda por cima pagar o emplacamento desse veículo que é, praticamente, uma bicicleta com motor".



SANDRO SOARES
motoiboy

"Eu acho que se deve levar em conta que as motos cinquentinhas foram fabricadas exatamente para pessoas não habilitadas por ser ela um veículo de baixa cilindrada. Então eu não vejo a necessidade desse emplacamento e acredito que essa lei vem para favorecer alguém seguinte".



ELIANDERSON GOMES DE MOARES
auxiliar de produção

"Essa obrigatoriedade no emplacamento é justa e necessária. Eu tenho essa opinião porque a maioria do pessoal das cinquentinhas é adolescente que não tem responsabilidade e vive cometendo inflação no trânsito. Eu mesmo fui punido com uma multa porque quando ia passando em uma lombada a cinquentinha passou nas carreiras e foi a placa da minha moto fotografada porque na dele não existia uma".



EDILSON RIBEIRO BATISTA
vendedor de motocicletas

"Já era tempo a obrigatoriedade do emplacamento dessas cinquentinhas porque tem muito jovem praticando baderna e assaltando nas ruas de João Pessoa. É certo que tem muito pai de família utilizando esse meio de transporte, porém, a lei deve vigorar tanto no emplacamento quanto na habilitação para evitar que esses jovens continuem praticando arruaças, colocando a vida das pessoas em risco".



JOSÉ MARCOS FIRMINO
motoqueiro



Canal Acauã-Araçagi, que vai beneficiar cerca de 600 mil paraibanos com seus 112 quilômetros de extensão

Estado investe mais de R\$ 2 bi em recursos hídricos na Paraíba

o Governo do Estado está implantando mais de 800 quilômetros de novas adutoras

Cardoso Filho
josecardosofilho@gmail.com

O Governo da Paraíba está investindo mais de R\$ 2 bilhões em recursos hídricos e enfrentamento à estiagem. Essa verba está garantindo perfuração de poços, circulação de carros-pipa, construção de cisternas, barragens subterrâneas, sistemas de dessanilização e distribuição de caixas d'água, beneficiando moradores de mais de 100 municípios.

A Secretaria de Recursos Hídricos está executando o Programa Emergencial Viva Água, que visa complementar o trabalho de combate à estiagem com a implantação de benefícios que abrangem todas as regiões da Paraíba.

Somente em adutora, o Governo do Estado está implantando mais de 800 quilômetros de novas adutoras e entre as obras está o Canal Acauã-Araçagi, que vai beneficiar cerca de 600 mil paraibanos com seus 112 quilômetros de extensão.

Uma das obras prometidas pelo governador Ricardo Coutinho e que está sendo esperada por mais de 175 mil habitantes de aproximadamente dez municípios e 21 localidades é a reconstrução da Barragem de Camará.

Com capacidade para armazenar 26 milhões de metros cúbicos de água, a Barragem Nova Camará e o sistema adutor têm um custo de quase R\$ 100 milhões, sendo R\$ 29 milhões para a construção da barragem, R\$ 62 milhões para o sistema de abastecimento de água com adutoras e estações e R\$ 7 milhões para a construção da barragem de nível Pitombeira. Cerca de 80 operários trabalham diretamente na obra.

Outra importante obra em andamento sob a responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos é o Canal Acauã-Araçagi, que segundo o secretário João Azevedo, será a porta de entrada das águas do Rio São Francisco, chegando através do Eixo Leste na região de Monteiro no Cariri Ocidental do Estado. Esse empreendimento vai beneficiar moradores de 38 municípios.

36 estações de tratamento de água serão construídas

Estão previstas mais obras hídricas no Estado, entre elas, implantação de 36 estações de tratamento de água, que vão beneficiar uma população de 169.658, com valor estimado em cerca de R\$ 12.400 milhões.

Também o sistema adutor do Vale do Piancó, que faz parte do projeto complementar executivo das obras da 3ª etapa do Rio São Francisco pelo Rio Piancó, onde está prevista a construção de um

conjunto de adutoras que vai garantir a chegada da água para 18 municípios que possuem problemas em seu abastecimento. O valor da obra é R\$ 200 milhões.

Para beneficiar moradores de municípios com água de qualidade, o Governo da Paraíba já recuperou a Barragem do Saco, localizada em Nova Olinda, sendo esta a primeira obra feita na América Latina em Concreto Compacto a Rolo (CCR). Esse manancial é considerado o segundo

maior reservatório de água do Vale do Piancó.

Para não depender da barragem Nova Camará e atendendo reivindicação da população de Alagoa Grande, o governo construiu e está para inaugurar a Barragem de Pitombeira, que vai reter as águas do Riacho Pitombeiras para atender o abastecimento da população daquele município. A barragem terá capacidade para acumular cerca de 3 milhões de metros cúbicos.

Campina Grande, Agreste, Brejo, Sertão e Zona da Mata

As obras de recursos hídricos estão atingindo todas as regiões e a prova disso é o trabalho realizado nas regiões de Campina Grande, Agreste, Brejo, Sertão Litoral e Zona da Mata de João Pessoa.

Na região de Campina Grande já foram entregues várias obras e outras estão em andamento. Já estão prontas a adutora São José, sistema adutor de Poções, automação do sistema de abastecimento de água integrada de Campina Grande e o sistema de abastecimento de água da cidade de Sossego.

Também receberam investimentos através do programa do Governo do Estado os municípios de Pirpirituba, Queimadas, Massaranduba, Taperoá, Coxixola, Nova Palmeira, Guarabira e Sumé.

Estão em andamento obras da Barragem de Camará, sistema de abastecimento de Queimadas, Gado Bravo, além da construção de 36 estações de tratamento.

Na região do Sertão, o Plano Emergencial Viva Água está beneficiando com obras hídricas moradores de Ouro Velho, Prata, Amparo, São José dos Cordeiros, Gurjão, Livramento e Parari através do sistema adutor do Congo.

Estão sendo realizadas obras de recuperação dos canais da Redenção em Sousa, Lagoa do Arroz, de barragens em 14 cidades daquela região e ainda ampliação no sistema de abastecimento de água e implantação de estação de tratamento.

Obras também estão beneficiando municípios da região litorânea, entre elas, a ampliação do sistema de abastecimento de água da Grande João Pessoa, através do sistema adutor Translitorânea, que vai garantir segurança hídrica para mais de 1 milhão de habitantes.

Comunidades localizadas na pe-



Ritmo de trabalho é intenso em todas as regiões, como na construção da adutora de São José, (foto)

riferia da capital, como Cidade Verde e Cidade Recreio, terão implantados sistema de abastecimento d'água, enquanto que Santa Rita, Lucena, Conde, Mamanguape, entre outras localidades estão sendo beneficiadas com ampliação desse sistema.

A Translitorânea compreende duas estações elevatórias, um reservatório apoiado de 5.000m³, 23 quilômetros de adutora, um reservatório elevado, duplicação da estação de tratamento de água e automação do sistema. A segunda etapa vai ofertar água para os municípios de Conde, Alhandra e Caaporã.

A primeira etapa beneficia João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e o bairro Várzea Nova, em Santa Rita. A Translitorânea vai reforçar a oferta d'água dos sistemas Gramame e Marés e garantir segurança hídrica por 30 anos.

Água e esgotamento sanitário

De 2011 a 2015, O Governo do Estado, por meio da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), implantou 87 obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em 63 municípios, com investimento de R\$ 713 milhões. A se somar a este valor, existe ainda cerca de R\$ 434,7 milhões em ações previstas, o que corresponde a um total de R\$ 1,1 bilhão em serviços de água e esgotos.

Ainda através da Cagepa estão em andamento 48 obras, sendo 23 de abastecimento de água e 25 de esgotamento sanitário, num valor total de R\$ 527,2 milhões.

Estão programadas recuperação de 27 barragens em 20 municípios e previstas implantação de 36 estações de tratamento de água em 36 municípios e comunidades.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Cadastramento biométrico avança na PB

TRE-PB ultrapassou meta e cadastrou 80% do eleitorado nos 98 municípios

Cardoso Filho
josecardosofilho@gmail.com

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) continua realizando o cadastramento biométrico em 98 municípios paraibanos, sem prorrogação, até o dia 18 de março. Para realizar o procedimento e estar apto para as eleições deste ano, que acontecem no dia 2 de outubro, o eleitor deve procurar o Cartório Eleitoral ou o posto de atendimento do seu município. Aqueles que perderem o prazo vão ter o título cancelado.

A prorrogação do cadastramento foi decidida pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, mesmo tendo atingido a meta de 80%, baseando-se numa resolução do ano de 2013. Para mais informações ou consultas detalhadas, o interessado pode acessar o Painel do Cadastramento Biométrico, através do seguinte link: (<http://goo.gl/Q711mw>).



Eleitor deve procurar o Cartório Eleitoral ou o posto de atendimento no seu município

Segurança

O cadastramento biométrico nos 98 municípios foi iniciado em setembro do ano passado e tem como objetivo oferecer mais segurança na identificação do eleitor no momento da votação. Até quinta-feira, dia 20, segundo o TRE-PB,

756.096 eleitores já tinham feito o processo, o que corresponde a 83,05% do total esperado.

O Tribunal Regional Eleitoral espera realizar a biometria de todos os eleitores da Paraíba até 2018. Com o cadastramento nos 98 municípios, o Estado

vai ter apenas um terço da população de eleitores sem biometria.

Atualmente a Paraíba possui um eleitorado apto a votar em outubro deste ano de 2.913.045 pessoas, sendo 1.377.299 do sexo masculino e 1.535.671 do sexo feminino.

Prazo para regularização

Até o dia 4 de maio, eleitores dos municípios que já finalizaram o processo de cadastramento biométrico podem regularizar possíveis pendências com o Tribunal Regional Eleitoral. São os eleitores de João Pessoa, Campina Grande, Aguiar, Boa Vista, Capim, Emas, Lagoa Seca e Massaranduba.

83,05%

756.096 cadastrados em 98 municípios



INFOGRÁFICO: Lénin Braz

Continua na página 10

Direto da CNI

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), juntamente com as reformas tributária e trabalhista, a da Previdência é uma das três mudanças estruturais que podem ajudar o Brasil a sair da recessão. "O Brasil precisa fazer reformas urgentes para retomar o caminho do crescimento", defende o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. A partir de quarta-feira (24), e durante três semanas, a Agência CNI de Notícias apresenta uma série de reportagens e debates sobre as três reformas. Na próxima semana será a vez da reforma tributária e, na outra, o tema será a reforma trabalhista. PROPOSTAS DA CNI - A prioridade da reforma da Previdência, para a CNI, deve ser o estabelecimento de uma idade mínima para que os trabalhadores possam se aposentar por tempo de contribuição.

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Ano	O número de filhos por mulher é cada vez menor	Além disso, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer também vem crescendo (em anos)	Também está aumentando o percentual de pessoas com 60 anos ou mais em relação ao total da população (em%)
1980	4,1	62,6	6,2
1990	2,8	66,6	7,3
2000	2,4	69,8	7,9
2006	2,0	72,4	8,7
2016	1,7	75,7	11,7
2026	1,5	78,0	16,1
2060	1,5	81,2	32,5

Atualmente, a média de idade de aposentadoria do brasileiro é de 58 anos, contra 64,2 anos da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com o aumento da expectativa de vida da população, o tamanho do rombo vai se agravar, uma vez que cada beneficiário ficará mais tempo recebendo o benefício. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, em 2016, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer é de 75,7 anos, quase seis anos a mais que no início dos anos 2000. Em 2060, deve subir para 81,2 anos. (www.portadaindustria.com.br)

Competitividade Energética

Mais uma vez a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba recebeu o diretor-presidente da Energisa Paraíba, André Teobald, com o intuito de encontrar os industriais e buscar formas de criar maior competitividade para o Parque Industrial paraibano. Como o esperado, a reunião congregou empresários de diversos segmentos e lideranças políticas, a exemplo do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, Adriano Galdino e integrantes da bancada federal, Deputados Rômulo Gouveia e Wilson Filho. Os participantes foram recepcionados pelo Presidente da FIEP, Francisco de Assis Benevides Gadelha. Ele afirmou que "Aqui na FIEP temos promovido vários encontros com esse formato a fim de promover o debate que tenha por fim o fortalecimento e a competitividade da indústria e do Estado da Paraíba".



Presidente da FIEP, Francisco Gadelha, usa a palavra sob os olhares atentos do diretor-presidente da Energisa, André Teobald, e do empresariado presente à reunião

Desde o ano passado a FIEP e a Energisa têm estreitado relacionamento no sentido de favorecer a melhor utilização dos recursos energéticos, diminuindo custos e procurando criar um ambiente mais propício para os negócios. "Um dos valores que mais prezamos na empresa é o valor do cliente porque este precisa ser duradouro e fortalecido. Por isso viemos debater com os empresários dados importantes como o fato da Paraíba possuir o 2º lugar no país em qualidade energética. Isso é determinante para se entender que temos também o melhor custo-benefício para a indústria. Por isso vale a pena apostar neste Estado", declarou André Teobald.

Exportações

A Paraíba exportou US\$ 12.971.758,00 (doze milhões novecentos e setenta e um mil setecentos e cinquenta e oito) dólares americanos no mês de janeiro de 2016, com um salto 31,71% em comparação ao mês de janeiro de 2015, quando o estado havia exportado US\$ 9.849.100,00 (nove milhões oitocentos e quarenta e nove mil e cem dólares americanos). Os cinco principais produtos exportados foram: calçados de borracha, álcool etílico, açúcares de cana, calçados de material têxtil e sucos. Os principais destinos dos produtos paraibanos foram: França, Turquia, Estados Unidos, República Dominicana e Cuba. As empresas mais destacadas nesse cenário são: Alpargatas, Biosev, Companhia Usina São João, Shoes Exportadora e Importadora e a Indústria de Alimentos do Vale, responsáveis por 44,08%, 28,58%, 6,70%, 4,46% e 3,94%, respectivamente, do valor total exportado.

"Nós estamos passando por um momento com registro positivo para a indústria paraibana. A exportação, aliada ao realinhamento do dólar, haverá de se converter em vetor do crescimento, mas ainda insuficiente para garantir a recuperação da economia. Precisamos retomar a confiança do empresariado para que seja possível atrair novamente os investimentos. O investimento é a variável-chave que, somado às exportações, poderá garantir a recuperação da economia.", afirmou Eduardo Ribeiro Coutinho, diretor-presidente da Companhia Usina São João e presidente do SINDAÇUCAR/PB.



Companhia Usina São João, uma das grandes exportadoras

Três Pontos

1 As contas do setor público consolidado abriram 2016 no azul, com superávit primário de R\$ 27,913 bilhões. Esse é o primeiro resultado positivo desde abril de 2015 e também o melhor desde novembro de 2013, segundo dados do Banco Central (BC). O resultado ficou acima do estimado pelos economistas consultados pelo Valor Data, de superávit de 18 bilhões. O resultado primário engloba o movimento de caixa (sem contar o pagamento de juros) das três esferas de governo e suas estatais, excluindo Petrobras, Eletrobras e bancos públicos. Em janeiro do ano passado foi registrado um superávit de R\$ 21,063 bilhões. (Valor Econômico)

2 A Confederação Nacional da Indústria quer aproveitar a viagem da presidente Dilma Rousseff a Santiago, nesta sexta-feira, para tentar colocar na pauta o fim de um acordo marítimo assinado em 1975 que dá exclusividade aos navios chilenos e brasileiros no transporte de mercadorias entre os dois países e dobra o custo de importação e exportações. Concluído ainda na época das ditaduras militares no Brasil e no Chile, o acordo cria um monopólio para os navios locais e só permite o uso de transporte com bandeiras de outros países se não houver condições de que um brasileiro ou chileno assumo o frete. Para isso, no entanto, é necessário que seja feito um edital. (Reuters)

3 A dívida líquida do setor público caiu para 35,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em janeiro ante 36,0% de dezembro de 2015, mas subiu na comparação com dezembro de 2014, quando estava em 33,1% do PIB. Em dezembro de 2013, era de 33,6% do PIB. A dívida do Governo Central, governos regionais e empresas estatais terminou o mês passado em R\$ 2,121 trilhões. As informações, divulgadas nesta sexta-feira, 26, são do Banco Central. Já a dívida bruta do governo geral encerrou o mês passado em R\$ 3,992 trilhões, o que representou 67,0% do PIB. Em dezembro do ano passado, essa relação estava em 66,2% e, em dezembro de 2014, em 57,2%. (Exame)

Eleitor que não se cadastrar até 18 de março terá título cancelado

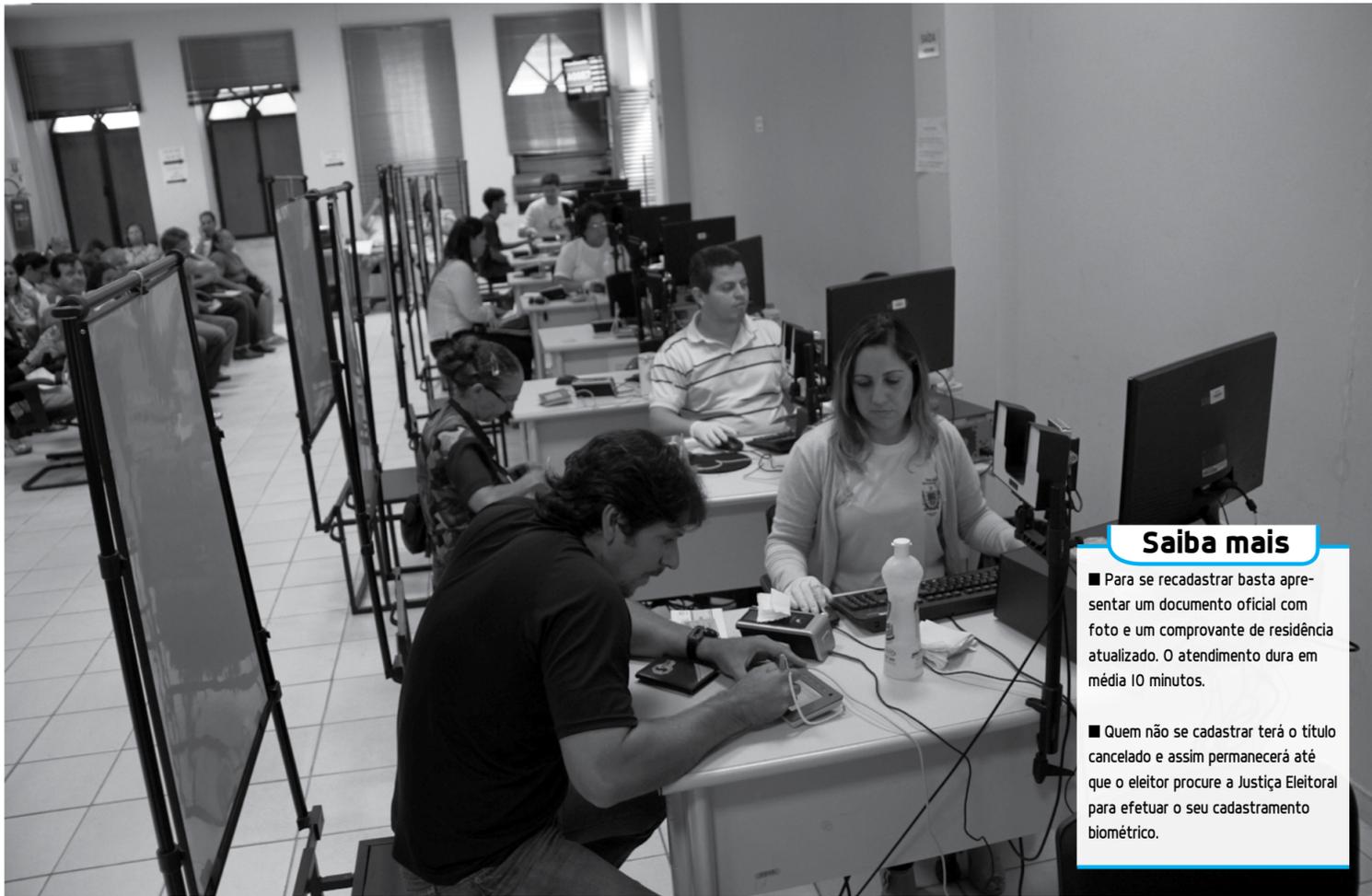
FOTO: Evandro Pereira

Além de não exercer seu direito ao voto, eleitor pode sofrer outras sanções

Cardoso Filho
josecardosofilho@gmail.com

O eleitor dos municípios onde está ocorrendo a Campanha da Biometria e que não recadastrou o título eleitoral, até o próximo dia 18 de março, terá o documento cancelado pela Justiça Eleitoral. Além da impossibilidade de exercer o direito ao voto, também sofrerá uma série de penalidades, como não receber o salário (no caso de servidor público), não tirar passaporte ou carteira de identidade, obter certos tipos de empréstimos ou participar de programas sociais do governo.

A irregularidade também pode gerar dificuldades para investidura e nomeação em concurso público, renovação de matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo e obtenção de certidão de quitação eleitoral ou qualquer documento perante repartições diplomáticas a que estiver subordinado.



Todo o processo do cadastramento biométrico, composto por assinatura digitalizada, colhimento de impressão digital e foto, dura cerca de dez minutos

Saiba mais

■ Para se recadastrar basta apresentar um documento oficial com foto e um comprovante de residência atualizado. O atendimento dura em média 10 minutos.

■ Quem não se cadastrar terá o título cancelado e assim permanecerá até que o eleitor procure a Justiça Eleitoral para efetuar o seu cadastramento biométrico.

Relação de municípios onde já passou a campanha da biometria

Em ordem cronológica, a relação de municípios cujo eleitorado passou por cadastramento ao longo do período compreendido entre os anos de 2010 e 2014.

- 2009 a 2010 Cabedelo, Pedras de Fogo
- 2011 a 2012 Piancó, Santana dos Garrotes
- 2013 a 2014 Aguiar, Boa Vista, Caiçara, Campina Grande, Capim, Catingueira, Cuité de Mamanguape, Emas, Igaracy, Itapororoca, João Pessoa, Lagoa Seca, Logradouro, Mamanguape, Massaranduba, Mataraca, Nova Olinda, Olho d'água, Serra da Raiz.

Municípios que estão passando pelo cadastramento:

Santa Rita, Lucena, Guarabira, Araçagi, Pilõesinhos, Alagoa Nova, Matinhas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Bananeiras, Borborema, Dona Inês, Esperança, Areial, Montadas, Cabaceiras, Barra de São Miguel, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, Caraúbas, Gurjão, Soledade, Cubati, Oivedos, São Vicente do Seridó, Santa Luzia, Junco do Seridó, São José do Sabugi, São Mamede, Várzea, Taperoá, Assunção, Livramento, Monteiro, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê, Teixeira, Cacimbas, Desterro, Imaculada, Mãe D'água, Matureia, Pombal, Cajazeirinhas, Lagoa, Paulista, São Bentinho, São Domingos, de Pombal, Itaporanga, Boa Ventura, Curral Velho, Diamante, Pedra Branca, São José de Caiana, Serra Grande, Sumé, Amparo, Congo, Pilões, Cuitegi, Juazeirinho, Santo André, Tenório, Serra Branca, Coxixola, Parari, São José dos Cordeiros, Jacaraú, Curral de Cima, Lagoa de Dentro, Pedro Régis, Bayeux, Boqueirão, Alcântil, Barra de Santana, Caturité, Riacho de Santo Antônio, Remígio, Algodão de Jandaira, Patos, Quixaba, São José de Espinharas, Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Passagem, Salgadinho, Santa Terezinha, São José do Bonfim, Sousa, Marizópolis, Aparecida, Lastro, Nazarezinho, Santa Cruz, São Francisco, São José da Lagoa Tapada, Vieirópolis.

Documentos necessários

- Documento oficial de identificação que contenha foto (Ex.: RG, CNH, Carteira Profissional, Passaporte, Carteira de Reservista ou Certificado de Alistamento Militar - em original);
 - Comprovante de residência recente;
 - Documento comprobatório de alterações de dados pessoais, se houver (Ex.: certidão de casamento com homologação de separação, sentença judicial etc.);
 - Se for o 1º título eleitoral, necessita-se ainda do comprovante de quitação do serviço militar (para homens com idade entre 18 e 45 anos).
- OBS.: - Se você tiver o Título Eleitoral anterior, leve-o (se o tiver perdido, não é necessário trazer boletim de ocorrência);
- A CNH (Carteira Nacional de Habilitação) não é válida como documento de identificação para o alistamento eleitoral (1º título de eleitor) por não conter nacionalidade/naturalidade, assim como o Passaporte, por não conter a filiação.

Curiosidades da política

Hilton Gouvêa jornalista - hiltongouvea@bol.com.br

Banco de cabras

ILUSTRAÇÃO: Klécio Bezerra

Antonio Paulino Filho, pai do ex-governador Roberto Paulino, foi eleito o primeiro prefeito de Cuitegi, de forma democrática, em 3 de outubro de 1962. Venceu Edson Montenegro da Cunha, com folgada margem de voto. Paulino foi prefeito de Cuitegi por três vezes. Numa delas criou o "banco de crias de cabras", que funcionava assim: o município financiava um casal de caprinos para cada família criadora e esta passaria a ser dona dos reprodutores, definitivamente, após a segunda cria. Taí um exemplo a ser seguido em municípios do Cariri, onde o bode é considerado moeda corrente.

Acordou governador

Ao ser nomeado governador da Paraíba em 1979, o professor Tarcísio de Miranda Burity recebeu visitação intensa de amigos, políticos e admiradores na sua casa, em Miramar. Entre os visitantes se



encontrava o deputado Assis Camelo, que proferiu a frase transformada em título de minha matéria, em O Norte: O homem foi dormir secretário e acordou governador". Burity, ao ser eleito governador biônico, era secretário da Educação e Cultura do Governo Estadual".

Só à bala

Floriano Peixoto era conhecido como "o Marechal de Ferro". Monossilábico e dotado de muita

coragem pessoal, era daqueles alagoanos que nunca enjeitavam parada ou levavam desaforo para casa. Certa vez perguntaram-lhe como reagiria a uma intervenção (leia-se golpe) e ele, com a calma que o caracterizava, respondeu: "à bala, a única maneira que conheço".

Professor e imperador

D. Pedro II era muito lisonjeiro. Um dia ao visitar uma pequena escola particular no interior do Rio

de Janeiro, lançou esta: "Se eu não fosse imperador seria professor. Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências jovens e preparar os homens do futuro". No seu reinado o professor público ganhava, a dinheiro de hoje, em torno de 60 Reais por mês. Dá para entender?

Liberdade democrática

Ao assumir o governo em 1964, após o Golpe Militar que ti-

rou João Goulart da presidência, o general Humberto de Alencar Castelo Branco proferiu a seguinte frase:

"Nossa vocação é a liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias. Os cidadãos, dentre eles também em expressiva atitude as mulheres brasileiras, todos civis e soldados, ergueram-se, num dos mais belos e unânimes impulsos de nossa história, contra a desvirtuação do regime."

Peruca espantinho

A rainha Maria Antonieta não deu chances aos nobres franceses bajuladores de enxergarem bem o ato da sua coroação. Motivo: quem ficava por trás dela tinha a visão obstaculada pela grande peruca da rainha, que se assemelhava a um penteado de espantinho. Mais: o guarda roupa dela era orçado em 400.000 Livres, o equivalente a R\$ 26 milhões, a dinheiro de hoje.

ONU confirma que o Irã cumpre a sua parte com o acordo nuclear

FOTO: Reprodução/Internet

O governo iraniano não enriqueceu urânio acima de 3,7%, segundo a Aiea

Da Agência EFE

A Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) confirmou que o Irã está cumprindo sua parte do acordo nuclear multilateral, que entrou em vigor em 16 de janeiro, e que permitiu que a comunidade internacional suspendesse as sanções a Teerã.

“O Irã não enriqueceu urânio acima de 3,67%”, afirmou um relatório confidencial da Aiea, a agência da ONU encarregada de vigiar e verificar o cumprimento das exigências do acordo pela República Islâmica.

Além do desmantelamento de algumas instalações, como o reator de água pesada em Arak, o ponto central do pacto é manter a pureza do urânio enriquecido abaixo dos 4%. O percentual necessário para construir uma bomba atômica é de 90%.

“A Aiea acompanha a verificação para que não haja nenhum desvio de material não declarado nas instalações nucleares e naquelas instalações onde o material atômico é usado de forma habitual”, afirmou o relatório.

O acordo nuclear prevê limitar vários aspectos do programa nuclear iraniano durante períodos que vão de 10 a 25 anos, em troca da suspensão das sanções internacionais ao Irã.

A Aiea afirmou também que desde 16 de janeiro, tal como estava previsto, seus inspetores atuam com a chancela do Protocolo Adicional de Salvaguardas.

Desta forma, os inspetores da agência nuclear da ONU podem realizar visitas e inspeções sem aviso prévio a qualquer instalação nuclear da República Islâmica.

Em um trecho do relatório se afirma que o Irã superou por poucos dias um limite marcado no pacto, mas fontes diplomáticas conhecedoras da situação diminuíram a importância desse atraso.

No último dia 17 de fevereiro, a Aiea certificou que o Irã contava com 130,9 toneladas de “água pesada”, quando o limite são 130 toneladas, mas na quarta-feira passada Teerã voltou a cumprir com o estipulado ao enviar para fora do país uma carga de 20 toneladas desse material.

Essas fontes, que solicitaram anonimato, indicaram à Efe que se tratava de um episódio de pouca importância dada sua brevidade e em



O presidente do Irã, Hassan Rohani, vem cumprindo o acordo nuclear firmado com a comunidade internacional, para evitar novas sanções

uma atividade pouco significativa dentro do acordo.

A Aiea é responsável de verificar o cumprimento por parte de Teerã do acordo, que procura garantir o caráter ex-

clusivamente pacífico de seu programa nuclear.

O conteúdo do relatório permite continuar com a aplicação do acordo, e em particular com a normaliza-

ção das relações econômicas entre o Irã e a comunidade internacional.

O Irã sempre negou ter intenções militares com seu programa nuclear, apesar de,

de acordo com alguns países e da Aiea, não ter mostrado a transparência necessária para esclarecer o alcance e a natureza de suas atividades atômicas.

FENÔMENOS SOBRENATURAIS

Japoneses relatam aparições de espíritos em área devastada

FOTO: Ewerthon Tobace I- BBC

Ewerthon Tobace
Da BBC Brasil

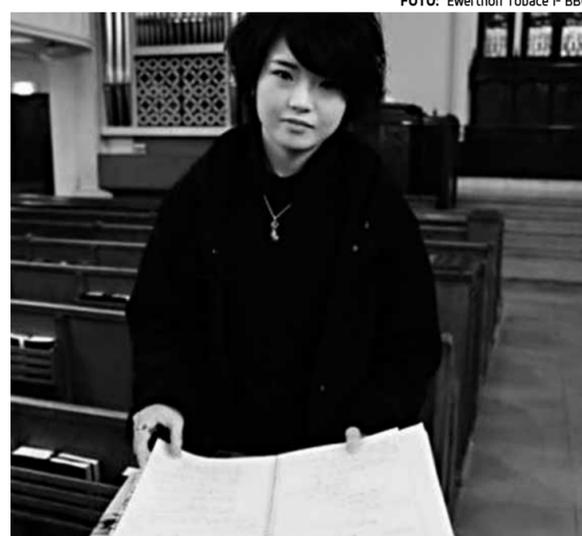
A poucos dias do quinto aniversário do terremoto de 9 graus de magnitude seguido de tsunami no Japão, voltam à tona relatos de moradores da região sobre fenômenos sobrenaturais, como aparições de espíritos.

Profissionais de diferentes áreas já vinham investigando as razões desses relatos desde que eles começaram a ser divulgados pela imprensa, nos meses subsequentes à tragédia - que devastou o Litoral Nordeste do Japão e deixou mais de 15 mil mortos.

Para especialistas, essas pessoas podem estar sofrendo algum tipo de transtorno psicológico causado pelo trauma de ter sobrevivido a um dos piores desastres naturais já ocorridos no Japão.

Mas a graduanda de sociologia Yuka Kudo, da Universidade Tohoku Gakuin, ganhou destaque na mídia japonesa recentemente ao apresentar os resultados de uma pesquisa que fez com taxistas e moradores relatando fenômenos do tipo.

Ela conduziu, ao longo de dez meses - entre 2014 e 2015 -, mais de 200 entrevistas aleatórias na cidade de Ishinomaki, que foi devastada pelo tsunami. Quinze dessas pessoas disseram ter tido contato com fantasmas ou experimentado situações inexplicáveis.



Yuka Kudo apresentou resultado de uma pesquisa sobre o assunto

“Não tenho interesse em discutir se é verdade ou não. Existe um fenômeno social e esse é o foco do meu estudo”, contou a jovem à BBC Brasil.

Yuka tomou conhecimento dos casos por intermédio de relatos publicados em jornais e revistas. “O tema da vida após a morte já me interessava e eu tinha interesse em saber mais sobre os mortos do tsunami, então resolvi me aprofundar nessa pesquisa”, disse.

Fantasmas

Um dos taxistas contou à estudante que, certa noite, encontrou uma menina sozinha e muito estranha. Perguntou onde estavam os pais dela e a garota respondeu que estava só. Ele se prontificou a levá-la para casa.

A menina ensinou o endereço e, quando chegaram ao local indicado, o motorista ajudou-a a descer do carro. A garota sorriu, agradeceu e, segundo conta o taxista, foi se desvanecendo na sua frente. “Ele garante que pegou na mão da menina e que conversou com ela”, relatou Yuka.

Outro taxista contou à estudante ter pego uma passageira alguns meses depois da tragédia. Ela pediu para ser levada ao distrito de Minamihama, lugar que o taxista disse estar em destroços.

Segundo ele, a mulher disse ter perguntado então se ela havia morrido e, quando ele se virou para trás, não havia mais ninguém.

Outro motorista contou ter pego um jovem na casa dos 20 anos. Quando

olhou pelo retrovisor, viu o rapaz apontando com o dedo para frente.

O taxista perguntou então insistentemente para onde ele queria ir. O passageiro teria indicado um lugar nas montanhas. Quando chegaram lá, o homem notou que não havia mais ninguém no carro.

Simpósio

O assunto dos fantasmas ganhou tanto destaque no Japão que a Universidade Tohoku Gakuin resolveu organizar um simpósio sobre o significado desses estranhos eventos na vida das pessoas, principalmente as que foram vítimas do terremoto seguido de tsunami.

Além de Yuka, participaram do encontro o jornalista e escritor Masashi Hijikata, que já publicou mais de 15 títulos sobre fantasmas e mensagens de pessoas mortas no tsunami, o monge budista Taio Kaneta e o professor e pesquisador de espiritualidade Iwayumi Suzuki, que conduziu um estudo sobre fenômenos sobrenaturais e crenças.

Para Yuka, não importa se a pessoa acredita ou não em fantasmas. Ela quer analisar o fenômeno social formado por esses relatos.

O monge Kaneta contou ter sido consultado várias vezes sobre possessões e aparições. “Uma jovem me procurou desesperada, querendo se suicidar, porque não parava de ouvir vozes de pessoas mortas o dia todo”, contou.

PROFUNDA RECESSÃO

Número de pobres aumenta na Rússia

Da Agência EFE

Moscou (EFE) - O número de pobres na Rússia aumentou em três milhões de pessoas em 2015 até alcançar 19 milhões devido à profunda recessão na qual se encontra imersa a economia russa, informou Maxim Tolipin, ministro do Trabalho.

“Em um ano, em números absolutos (o número de pobres) aumentou em três milhões, ou seja, de 16 milhões passamos a 19 milhões de pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza”, disse Tolipin à imprensa local.

O índice mínimo de subsistência neste país está atualmente em menos de 10.000 rublos mensais (cerca de R\$ 515), quando a inflação disparou nos últimos meses o custo da cesta básica.

Além da queda dos salários e do aumento da inflação e do desemprego, o maior problema para muitas famílias russas é a perda de poder aquisitivo devido à desvalorização da moeda nacional, o rublo, que perdeu mais da metade de seu valor frente ao euro e o dólar desde o final de 2014.

Devido à queda dos

preços do petróleo, às sanções ocidentais e à falta de reformas estruturais, a economia russa, que se contraiu 3,7%, voltará a recuar em 2016, segundo o governo russo e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Executivo russo prepara agora um plano anticrise para impulsionar as exportações dos setores não vinculados com as matérias-primas, mas a falta de fundos impediu por enquanto sua aprovação.

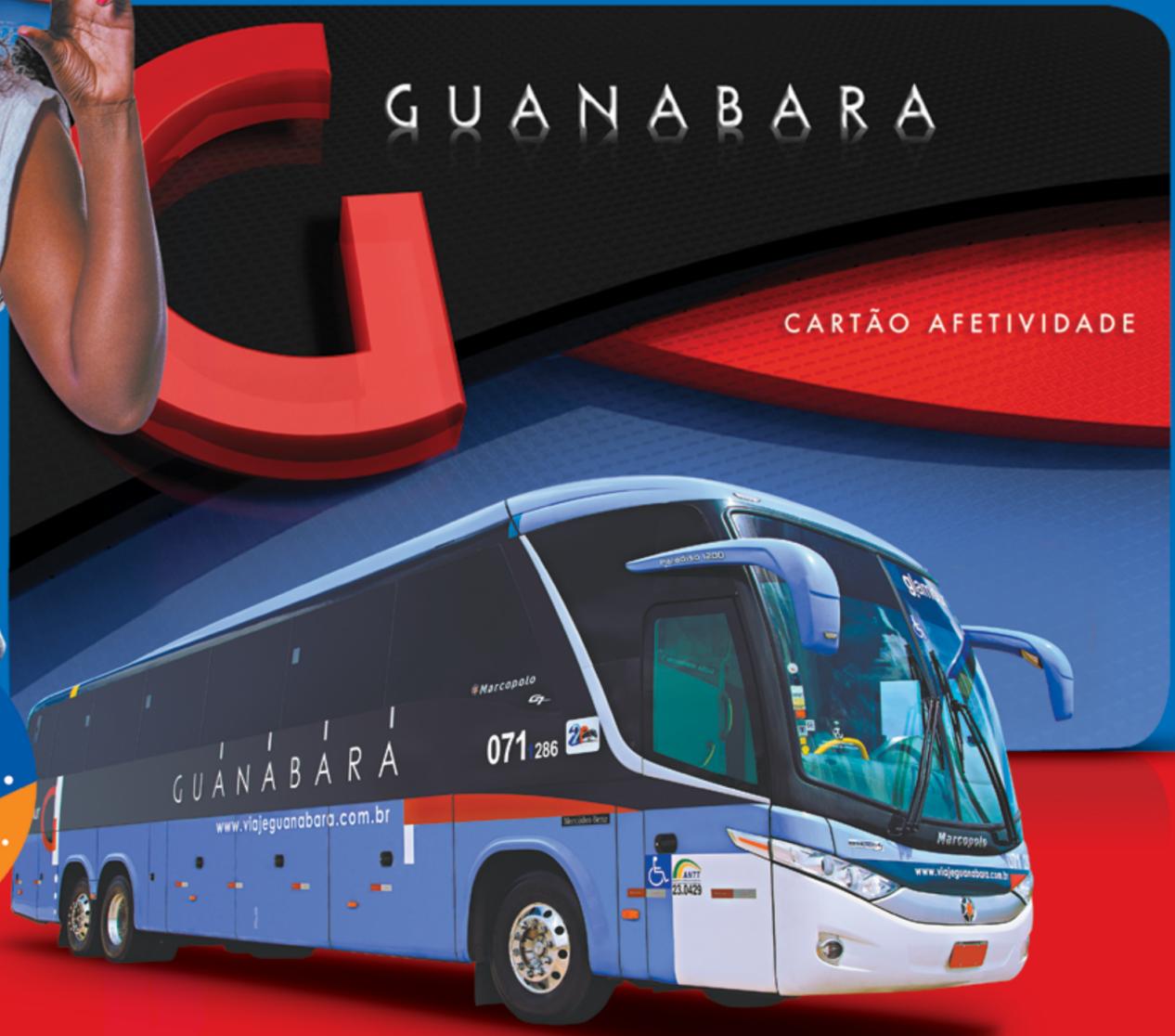
Para obter fundos, a Rússia terá que recorrer à privatização de corporações estatais como a companhia petrolífera Rosneft, com a qual o governo espera arrecadar 500 bilhões de rublos (cerca de R\$ 25,8 bilhões), segundo disse o ministro das Finanças, Anton Siluanov.

Em um ano, o número de pobres passou de 16 milhões para 19 milhões, aumentando a pobreza

COM O PROGRAMA
AFETIVIDADE DA GUANABARA
É ASSIM: QUANTO MAIS
VOCÊ VIAJA, MAIS VOCÊ VIAJA.



FAÇA
JÁ SUA
ADESÃO.
É GRÁTIS.



Vá à agência Guanabara mais próxima e solicite gratuitamente seu Cartão Afetividade. São muitas vantagens e, a cada 10 viagens, uma é grátis. Com a passagem prêmio você pode viajar para qualquer destino atendido pela Guanabara.



CONHEÇA OS DIFERENCIAIS GUANABARA

- Frota mais nova e moderna do Brasil • Melhor quadro de motoristas da região
- Suporte operacional com garagens e pontos de apoio em todo o país
- Veículos segurados • Frota 100% rastreada • Veículos classe convencional, executivo e leito



SAC 0800 728 1992
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR INCLUSIVE
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E DE FALA.



GUANABARA
SATISFAÇÃO EM TODOS OS SENTIDOS

@ViajeGuanabara

/expressoguanabara

/viajeGuanabaraoficial

/aplicativo Expresso Guanabara